

17. DE FRENTE PARA O FUTURO

Neste início do século 21, a educação brasileira encontra-se num momento decisivo, tendo que resolver problemas como a eliminação do analfabetismo e, ao mesmo tempo, preparar-se para oferecer às novas gerações uma educação adequada às inovações tecnológicas e ao estágio de desenvolvimento do país.

Há, no entanto, sinais alvissareiros de que o setor tem condições propícias para o enfrentamento dessas questões. A situação da educação melhorou significativamente na década de 90, tendência que se configurou de forma mais consistente a partir de 1995 – é o que revelam os principais indicadores do sistema educacional brasileiro. Os avanços obtidos – tanto em termos de ampliação da cobertura quanto da melhoria da qualidade do ensino – traduzem os esforços articulados dos três níveis de governo e a crescente mobilização e engajamento da sociedade no resgate da escola pública.

Ressalte-se que as políticas educacionais assumiram novo enfoque, centrado na busca de um novo padrão de equidade na oferta do ensino fundamental obrigatório, mediante garantia da universalização do acesso e a implantação de um novo modelo de financiamento. Com a Emenda Constitucional n.º 14, que instituiu o Fundef, procedeu-se uma repartição mais clara das responsabilidades educativas dos três níveis de governo, favorecendo, assim, o desenvolvimento do regime de colaboração. Foram criados mecanismos de incentivo à participação da comunidade na gestão escolar. Além disso, passou-se a estimular a parceria com organizações não-governamentais e promoção de ações focalizadas para corrigir desigualdades sociais, econômicas e regionais. Enfatizou-se, também, a melhoria da qualidade da educação básica, apoiada em políticas de valorização dos professores, na implantação de parâmetros curriculares nacionais e no desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação e de indicadores de desempenho.

O ensino fundamental obrigatório foi assumido como a prioridade número um das políticas públicas de educação. O esforço de universalização e melhoria da qualidade apoiou-se na descentralização dos programas e dos recursos públicos destinados ao financiamento desse nível de ensino, mediante adoção de critérios transparentes e universais.

Como principais resultados das políticas implementadas na década de 90, observaram-se as seguintes tendências positivas: queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população; aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população, com

maior velocidade na população feminina; crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio; melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção; melhoria da qualificação dos professores da educação básica; redução dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais.

Vale frisar que o país conta, atualmente, com uma política de avaliação educacional que proporcionou a existência de instrumentos de padrão internacional para monitorar todo o sistema educacional.

Diante desse quadro atual da educação, deve-se acrescentar uma outra variável que deve favorecer o processo de melhoria do sistema: a mudança do perfil demográfico, projetando uma lenta desaceleração da demanda nas séries iniciais do ensino fundamental.

Sabe-se no entanto que, apesar dos avanços alcançados, muito ainda deve ser realizado para que se assegure uma educação com qualidade para todos.

Em primeiro lugar, destacam-se as dificuldades provenientes da descentralização do sistema educacional, o que tem se constituído um obstáculo para sua coordenação eficiente e a devida articulação entre as políticas que são implementadas nas diversas instâncias de governo. A ineficiência da gestão das redes de ensino e a extrema burocracia, arraigada na tradição clientelista e paternalista, também vêm afetando o desempenho do sistema, necessitando de reformas em termos de processos mais informatizados e alterações nas concepções de gestão pública.

O Brasil tinha 54.413.523 estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino, no ano de 2000. Destes, 86% estavam matriculados na rede pública de ensino.

No que tange às crianças de 0 a 6 anos, a LDBEN assegura a inserção da educação infantil no sistema educacional, creditando aos municípios a responsabilidade de oferecê-la. Dados preliminares do I Censo da Educação Infantil, ocorrido em 2000, mostram que, de 5.507 municípios brasileiros, cerca de 99% têm pelo menos um estabelecimento que atende a crianças em creches ou na pré-escola, 72% possuem creche e 98% têm pré-escola. A Região Sul tem o maior índice de atendimento pré-escolar: 99%. A região com o maior índice de atendimento em creches é a Sudeste, onde cerca de 78% dos municípios proporcionam esse atendimento.

O significativo crescimento das matrículas de educação infantil ocorrido nos últimos anos indica o esforço que o país tem empreendido na consolidação dessa etapa da educação básica. Como parte do processo de aprimoramento pedagógico da educação infantil, o MEC elaborou os *Referenciais Curriculares Nacionais (RCN-I)*, oferecendo diretrizes e orientação didática aos professores que lidam com crianças de 0 a 6 anos: tal aporte vem sendo utilizado por 77% das creches e pré-escolas do país. Além disso, foram elaborados o *Referencial para Formação dos Professores de Educação Infantil* e as *Diretrizes para o Credenciamento das Instituições ao Sistema de Ensino*, distribuídos a todas as escolas públicas no país.

O ensino fundamental, entre todos os níveis de ensino, é o que concentra a maior parte da matrícula na rede pública: 90,9% dos alunos estudam em escolas pertencentes aos municípios, aos Estados e ao governo

federal. A despeito de todos os esforços, medidas e mudanças propostas, o fato é que o país conta ainda com elevados índices de repetência e evasão escolar, determinados basicamente pelo fato de os alunos não aprenderem a ler e escrever. Mesmo nos lugares onde se implementou a proposta de «progressão continuada» para garantir uma escola mais inclusiva, não se tem observado muito sucesso.

Para enfrentar essas questões, o MEC, desempenhando seu papel de apoio às unidades federadas e municípios, assumiu a questão da alfabetização e do ensino da Língua Portuguesa como uma prioridade para os próximos anos, e algumas das principais ações previstas são a inserção do módulo de Alfabetização no programa «Parâmetros em Ação», a elaboração de materiais de alfabetização para alunos e professores e a elaboração de um Programa de Formação de Professores Alfabetizadores, para ser veiculado pela TV Escola e articulado com as universidades, que certifique os professores participantes.

Diante da realidade atual da formação de professores, o MEC considera que a questão mais urgente a ser resolvida é exatamente a da qualificação dos profissionais da educação.

No que se refere ao ensino médio, apesar dos avanços representados pelas políticas implantadas, é inevitável admitir que existem inúmeros problemas cujas soluções dependem de todos os atores envolvidos. Dentre esses problemas, cabe destacar: a atual pressão sobre a matrícula do ensino médio, que se dá exclusivamente no setor público, sobretudo nas escolas mantidas pelos governos estaduais, responsáveis pela manutenção do ensino médio; o gasto público do Brasil por nível de ensino, que, além de ser mal distribuído, está aquém da necessidade; as taxas de conclusão, que ainda são muito baixas; e a distorção idade/série, muito acentuada em comparação com outros países. De 1994 a 1999, o número de concluintes do ensino médio aumentou 67,8%, passando de 915 mil para 1 milhão e 535 mil. No entanto, o total de concluintes representa apenas 38% da população com 17 anos, que é a idade adequada para a conclusão desta etapa.

Os indicadores da educação superior sinalizam uma nova dinâmica de desenvolvimento desse nível de ensino no Brasil, caracterizando algumas tendências, tais como: a aceleração do ritmo de expansão da matrícula na graduação a partir de 1994 e, mais acentuadamente, desde 1996; a melhoria global dos indicadores de eficiência e produtividade do sistema, evidenciada pelo aumento do número de concluintes da graduação, pela melhoria da qualificação docente, mantendo-se maior concentração de mestres e doutores nas instituições públicas, e pela expansão e consolidação dos programas de pós-graduação nas instituições públicas, estimulando o desenvolvimento de programas de mestrado e doutorado nas instituições privadas.

Essas tendências revelam, em seu conjunto, que o sistema brasileiro de educação superior ingressou num novo ciclo de expansão acelerada, fenômeno que já se esboçava desde 1996 e que ganhou maior intensidade nos últimos anos. Além de revelar números expressivos de matrículas novas – tanto na graduação quanto na pós-graduação – e de indicar uma nítida melhoria dos indicadores de qualificação docente, os resultados sinalizam um novo modelo de expansão do sistema, que se caracteriza pela diferenciação do perfil das instituições por dependência administrativa e pela diversificação e flexibilização da oferta. A única certeza que parece emergir dos resultados

desse levantamento é a de que a educação superior atravessa uma fase de expansão e mudança, movimentos que respondem tanto à pressão da demanda quanto à intervenção das políticas públicas para o setor.

Também a questão do financiamento é crucial. Sem dúvida, um dos principais problemas refere-se aos recursos públicos destinados à educação. Em torno do financiamento da educação concentram-se as questões relativas ao crescente custo do sistema de pensões e aposentadorias, o que vem onerando significativamente o sistema, e a ainda não superada ineficiência na gestão dos recursos públicos, aliada ao desvio e desperdício de verbas, diminuindo sobremaneira os recursos efetivamente aplicados em educação.

Todos esses problemas podem ser superados de forma mais rápida, com a efetiva articulação dos vários níveis governamentais e com a contribuição de todos os setores da sociedade, e não somente daqueles envolvidos diretamente com as questões educacionais.